

1 Introdução

A predominância da técnica da informação e da comunicação, nos tempos atuais, apresenta como finalidade a construção de uma espécie de homogeneização (cultural) em nível global. Neste sentido, todas as culturas não-ocidentais – sendo o Ocidente, aqui, um termo que se refere a uma construção cultural hegemônica que tem início com o projeto da modernidade e que não possui relação, portanto, com a posição no mapa de determinadas sociedades – teriam a tendência de serem dissolvidas no tempo.

Entretanto, essa homogeneização, por sua própria natureza segregadora, possui lacunas que permitem a construção de culturas mais ou menos resistentes, cujos elementos são muitas vezes combinações das culturas pré-capitalistas com a sociedade hegemônica. Este processo vem se dando com intensidade nas últimas duas décadas, à luz da realidade pós-moderna.¹ Muitos autores têm falado sobre o assunto, como Milton Santos, Marcelo Lopes de Souza, João Rua, alguns pós-colonialistas como Arturo Escobar, e os marxistas como David Harvey e Neil Smith. Este último, cuja expressão “a toda homogeneização do espaço corresponde uma heterogeneização” nos é bem conhecida. Contudo, essas culturas que constroem uma espécie de resistência possuem existências precárias e hegemônicas, como afirma Milton Santos (2003).

Assim, alguns desses grupos são geralmente vistos ou como comunidades congeladas no tempo e imutáveis – um discurso **essencialista** – ou como comunidades cujas características relacionadas à tradição se perderam no tempo a partir da amalgamação total com a sociedade “abrangente” – um discurso **homogeneizador**. A tradição, a partir destas duas concepções, é vista como algo imobilizável e não passível de transformação.

Neste trabalho, analisamos esses dois pontos de vista em relação à comunidade de pescadores do Posto Seis, situada na praia de Copacabana, Rio de Janeiro, RJ, focando nos problemas que advêm da necessidade forjada de se catalogar a comunidade dentro de categorias pré-estabelecidas que não condizem com sua realidade. Os pescadores de Copacabana representam bem o principal

¹Grosseiramente, definimos o termo *pós-modernidade* como aquele que designa a fluidez, fragmentação e individualização das sociedades contemporâneas, sabendo que esta é uma redução da discussão que envolve seu uso e definição.

sintoma da condição pós-moderna, que é a experiência da multiterritorialidade, de maneira que necessitam de um olhar único que compreenda a complexidade vivenciada pelo grupo, já que este se situa em um meio densamente urbanizado e seus membros, que nas gerações anteriores eram vizinhos e habitantes de uma pequena vila na beira da praia, hoje se territorializam em múltiplos espaços dispersos pela cidade, suas identidades sendo também múltiplas e diversas.

Em linhas gerais, estudamos a comunidade em si e sua relação com o mundo e a cidade do Rio de Janeiro, procurando entender até que ponto esta relação resulta em qualidade de vida para a população envolvida, bem como até que ponto ela resulta na criação de injustiças sociais e como estas poderiam ser revistas à luz de uma (re)significação das concepções sobre o grupo. Pretendemos, aqui, partir das concepções existentes para construir uma noção (re)significada sobre a comunidade de pescadores de Copacabana, ou, em uma escala mais abrangente, sobre a existência de **comunidades tradicionais** em áreas densamente urbanizadas e não necessariamente inseridas em unidades de conservação da natureza, já que grande parte dos estudos existentes sobre **comunidades tradicionais** possui como objeto os grupos que habitam o interior de unidades de conservação, considerando os conflitos que advém desta relação.

O interesse pelo estudo de comunidades de pescadores teve início durante minha graduação em Oceanografia. Depois de graduada busquei a continuidade da minha formação acadêmica de modo que pudesse me dedicar a questões relacionadas à permanente dialética entre homem e natureza, de tal maneira que aqui estou, em um programa de pós-graduação em Geografia. Posso também dizer que o fato de ser ex-moradora do bairro de Copacabana tenha contribuído para que despontasse em mim a temática desta pesquisa. Frequentemente, durante minhas passagens pelo calçadão do bairro, pensava em como seria possível a sobrevivência de uma comunidade de pescadores artesanais sob a pressão dos processos de urbanização pelos quais o Rio de Janeiro passou com o passar dos séculos, em particular a partir do início do século XX. E este questionamento foi o ponto de partida do trabalho.

A comunidade estudada se situa no canto direito da praia de Copacabana, de quem olha para o mar, e é rodeada pelo Forte de Copacabana, o Clube dos Marimbás e o Corpo de Bombeiros, à direita; pela praia em si, à esquerda; pelo mar, à frente; e pela Avenida Atlântica, atrás (ou à frente, dependendo do

referencial). Atravessando a avenida, tem-se o Hotel Sofitel e muitos prédios residenciais ou mistos, com estabelecimentos comerciais em seus andares térreos (figuras 1.1 e 1.2).

Figura 1.1
Localização da comunidade de pescadores de Copacabana



Fonte: Imagem de satélite do Google Earth.

Figura 1.2
A comunidade e arredores



Fonte: Imagem de satélite do Google Earth.

O território da comunidade constitui a sede da Colônia de Pesca Z-13, que abrange as comunidades de pescadores da cidade do Rio de Janeiro desde a Urca até o Recreio dos Bandeirantes, incluindo as comunidades de lagoas como a Rodrigo de Freitas e de Jacarepaguá. A diretoria não possui um controle efetivo sobre o número de pescadores associados à Colônia, pois não há fichas de cadastro atualizadas. Ao longo de nossa pesquisa, tivemos receio de parecer muito invasivos ao pedir para olhar as fichas arquivadas, mas ainda assim conseguimos ter algum acesso a elas, o que só confirmou nossa suspeita de que essa não deveria ser nossa maneira de analisar a comunidade, já que encontramos, por exemplo, algumas fichas que pertenciam a pescadores já falecidos. Assim, preferimos confiar em nossa contagem dos pescadores mais presentes na comunidade através das embarcações. Ou seja, fizemos uma listagem com todas as embarcações e começamos a perguntar para os pescadores que, neste momento, já nos conheciam, sobre os tripulantes de cada uma delas, fixos ou variáveis. Este procedimento resultou no número de 38 pescadores. Contudo, também conversamos, no decorrer da pesquisa, com dois pescadores aposentados que ficam por lá todos os dias. Devemos ressaltar que este número é relativamente variável, pois é comum o desligamento repentino de alguns pescadores e a chegada de outros, ainda que a maioria esteja lá todos os dias há anos, tendo criado um laço identitário relativamente forte com o grupo e o território da comunidade. Dos pescadores atuantes, duas são mulheres. No que diz respeito ao tempo em que existe uma comunidade de pescadores naquele canto da praia, veremos, no decorrer do trabalho, que não há como precisar esta data, pois acredita-se que existam pescadores ali desde tempos “imemoriais”, segundo eles mesmos. O que sabemos é que já em 1623 aquele local era chamado de “Praia das Pescarias”, o que indica a presença de pescadores ali desde, ao menos, este momento.

Para construir uma relação de relativa aproximação com os pescadores, comecei a freqüentar o espaço da comunidade em visitas esporádicas a partir de abril de 2008. Durante um tempo, fui à comunidade aos domingos com meu marido e minha filha. Era realmente um passeio de domingo em família, e ainda o é, pois sempre que podemos vamos ali comprar um peixe para trazer para casa. Nessas visitas, começamos a conversar com os pescadores aos poucos, até que conhecemos o vice-presidente da Colônia, Manoel, que me guiou e me apresentou

aos demais a partir de então. Posso dizer que, neste momento inicial, realizei pesquisas de observação, ou, em outras palavras, um reconhecimento do campo. Foi nestas visitas que comecei a perceber a maneira deles trabalharem, de se relacionarem e de comercializarem o peixe capturado. Fui percebendo com quais deles eu poderia me envolver e de quem seria melhor eu não me aproximar. São coisas que devem ser pensadas em um trabalho deste tipo, principalmente quando se é mulher. De qualquer forma, a contribuição do Manoel se deu também neste sentido, o de impor respeito perante os demais pescadores em relação a mim. E minha experiência foi enriquecedora, pois consegui criar um laço de carinho e respeito com alguns deles, incluindo as mulheres, o que me permitiu abraçar sua causa e obter informações mais detalhadas a respeito do que deveria ser pesquisado.

Entretanto, as entrevistas propriamente ditas só começaram a ser realizadas em abril de 2009, se prolongando até agosto do mesmo ano. Elas foram guiadas por um roteiro básico (anexo), ainda que todas tenham tomado caminhos não previamente pensados. A duração de cada uma delas foi de 30 minutos a uma hora, dependendo do entrevistado. Eu procurava estar sempre atenta ao cansaço e à indisposição dos pescadores para que a entrevista não se tornasse algo maçante para eles. Deste modo, algumas terminavam antes do que outras. Também porque alguns pescadores são extremamente tímidos e se sentem, por mais que eu tentasse deixá-los à vontade, um pouco intimidados pela inevitável diferenciação que eles próprios faziam em relação a mim – a “doutora” da PUC, moradora da Zona Sul, etc. A figura 1.3 ilustra um dos primeiros momentos de aproximação e observação mais descompromissada e a figura 1.4 mostra uma entrevista mais “formal” com uma das pescadoras.

Figura 1.3
Uma das visitas iniciais



Fonte: arquivo pessoal.

Figura 1.4
Entrevista com uma das pescadoras



Fonte: arquivo pessoal.

Tentamos também marcar um embarque para que eu pudesse observar de perto a atividade da pesca e fotografá-los, mas não conseguimos encontrar uma data propícia, pois neste período mais intenso de convivência, de abril a agosto de 2009, o mar esteve quase sempre revolto. Também passei alguns dias revirando os arquivos existentes na diretoria da Colônia, mas, como afirmei, eles encontram-se confusamente organizados e acabaram sendo pouco aproveitados no trabalho.

A Geografia possui como objeto o estudo do espaço. Mas este não mais é um receptáculo, um palco onde repousam as relações sociais. O espaço geográfico é simultaneamente produto e produtor da vida social, ou seja, o espaço que uma sociedade produz condiciona ela mesma. Dito de outro modo, conforme acredita Marcelo Lopes de Souza (2006), a Geografia, sendo a ciência do espaço por excelência, nos permite compreender que relações sociais e de poder estão presentes em determinados grupos, relações essas materializadas e/ou simbolizadas no espaço. A compreensão de realidades a partir do estudo do espaço geográfico nos permite propor alternativas que contribuam para o florescimento de relações sociais que estão na maior parte dos casos obscurecidas e dominadas. Ademais, o espaço geográfico é capaz de nos revelar, a partir da escala, a relação dialética local/global essencial para a compreensão de qualquer realidade.

Sendo assim, a presente dissertação está organizada em três capítulos. Em cada um deles a teoria está entrelaçada com a empiria, ou seja, apresentamos os resultados das observações de campo e das entrevistas realizadas, bem como da

pesquisa iconográfica, juntamente com a construção do arcabouço teórico que nos orientou durante o decorrer da pesquisa.

O primeiro capítulo aborda a questão das idéias que envolvem os conceitos de **comunidade** e **tradição**.² Começando pela **comunidade**, apoiamo-nos basicamente em Castells (2000) e Bauman (2003). O primeiro afirma que a formação de **comunidades** se dá, nos dias de hoje, a partir da construção de identidades de resistência, apontando para uma concepção de **comunidade** que abarca o presente e, sobretudo, o futuro. Bauman, por outro lado, acredita que a construção de **comunidades** a partir de um sentido de **mesmidade** não é mais possível existir nos dias atuais. Vemos até que ponto a comunidade de pescadores de Copacabana pode ser identificada como uma verdadeira **comunidade**, baseando-nos nas idéias dos dois autores. Na realidade, procuramos compreender que elementos presentes no grupo podem caracterizá-lo como uma **comunidade** enquanto uma categoria de ação política e transformação social, a fim de que possamos indicar os benefícios que adviriam da potencialização desses elementos. Mostramos também como a evolução urbana do bairro de Copacabana interferiu (e vem interferindo) na construção comunitária do grupo. Ainda falando sobre **comunidade**, o capítulo evidencia a tendência à oposição entre as idéias essencialistas e homogeneizadoras sobre o grupo, apontando pela necessidade de se considerar, ao contrário, uma abordagem múltipla não dicotomizada.

A segunda parte do capítulo fala sobre a **tradição** enquanto um conceito que deve ser (e tem sido, em alguns meios) (re)significado, já que, na maior parte dos casos, é tomado como algo imutável e não adaptável, fazendo com que qualquer pequena transformação no modo de ser e produzir de uma **comunidade tradicional** seja considerada como uma espécie de “traição” à **tradição**, o que resulta, por sua vez, no abandono das demandas deste grupo. Apoiamo-nos, nesta sessão, em Hobsbawm (2006) e suas tradições inventadas; em Vianna (2008), cuja obra esclarece imensamente a questão da **tradição** como estando sempre relacionada à conservação da natureza; e em Castro et al. (2006), que acreditam que o conceito de **tradição** tal como vem sendo empregado, principalmente em

² Devemos esclarecer que, ao longo do texto, nos referimos ao grupo estudado como uma comunidade: a comunidade de pescadores de Copacabana. Contudo, cabe salientar que não estamos adotando a categoria teórica **comunidade** e seus variados significados, já que o grupo em questão pode, muitas vezes, não ser identificado como tal. Assim, para facilitar o processo de leitura do trabalho, quando utilizamos a palavra comunidade em seu sentido teórico e enquanto categoria, trabalhamos com o termo em negrito (**comunidade**).

relação às **comunidades tradicionais** que habitam unidades de conservação, desconsidera o processo dinâmico de mudança cultural e conectividade com outras esferas das relações sociais. Abordamos também neste capítulo os aspectos legais que envolvem as **comunidades tradicionais**, bem como tentamos mostrar o porquê de estarmos considerando a comunidade de pescadores de Copacabana como uma **comunidade tradicional**. A tradição, neste sentido, não mais está relacionada à imutabilidade e sim à possibilidade de adaptações e transformações sociais que visem à reprodução do grupo e sua qualidade de vida, hoje e no futuro. Estamos tomando o cuidado de não congelá-los e não idealizá-los, já que a idealização, nesse caso, estaria impedindo e desqualificando suas demandas, que são legítimas. Por último, apresentamos as noções que envolvem a categoria “pescador artesanal”, seus problemas e suas conquistas legais.

O segundo capítulo traz para a discussão o(s) conceito(s) de **desenvolvimento** e suas possibilidades de transformação social. Apresentamos, primeiramente, o **desenvolvimento** enquanto uma concepção única, hegemônica e ilusória³ e seu reatamento no processo caótico da urbanização de Copacabana, traçando um paralelo entre este processo e as transformações sofridas pela comunidade de pescadores no decorrer do século XX. Neste ponto já estamos falando sobre o **desenvolvimento** tal como é, isto é, uma construção cultural que, apesar de buscar uma homogeneização cega, produz lacunas que podem e devem ser preenchidas por processos de resistência cultural anti-hegemônica a partir dos quais podem ser construídos novos modelos de **desenvolvimento** que visem, antes de tudo, a justiça social – o **desenvolvimento** tal como pode vir a ser. Falamos sobre o papel desempenhado pelas **comunidades tradicionais** neste processo. Os autores com os quais trabalhamos neste capítulo são variados, abrangendo uma gama de estudiosos do desenvolvimento. O referencial teórico básico se dá com Santos (2003), Schech & Haggis (2003), Souza (2006) e Rua (2007). Em adição, trabalhamos com autores como Oliveira, M. (2007), Hall (2002), Verhelst (1992), Lander (2005), Ianni (1993), Chesneaux (1996), Escobar (2005) e Sen (2000). No que se refere à evolução urbana do Rio de Janeiro, utilizamos a expressiva obra de Abreu (1987).

³ Parodiando Milton Santos em *Por uma outra globalização*, 2003: o **desenvolvimento** tal como nos fazem crer.

Por fim, o terceiro capítulo apresenta a experiência da multiterritorialidade e a construção de múltiplas identidades pela comunidade de pescadores de Copacabana. A compreensão da multiterritorialidade vivenciada pelo grupo em questão deveria (e pode) ser condição para renovar antigas categorias fragmentadoras perante a nova realidade social, onde as identidades, as vivências e os cotidianos são múltiplos e complexos. Assim, a primeira parte do capítulo traz para o debate as diversas concepções do conceito de território e, associado a ele, de territorialidade, ao longo do tempo. Em um segundo momento, falamos sobre a necessidade de considerarmos o território híbrido e relacional na análise espacial, partindo das múltiplas relações de poder que o constituem e considerando a multidimensionalidade de tais relações. Posteriormente, abordamos as idéias envolvidas no conceito de multiterritorialidade, seus significados e possibilidades enquanto uma ferramenta eficaz de análise e transformação do espaço social. A comunidade de pescadores de Copacabana é então apresentada sob este olhar híbrido, relacional e multiterritorial. Fechando o capítulo, voltamos ao debate entre as concepções essencialistas e homogeneizadoras sobre a comunidade em estudo, desta vez partindo das noções de reclusão territorial e hibridismo cultural, com base nas múltiplas identidades do grupo. Procuramos novamente mostrar a necessidade de considerá-lo sempre a partir de uma abordagem singular, o que não significa nem a essencialização, nem a homogeneização completa. A(s) identidade(s) territorial(is) do grupo pode(m) contribuir nesta construção que, por sua vez, está relacionada ao desenho de um desenvolvimento endógeno e voltado aos anseios e necessidades reais da comunidade. A base teórica deste capítulo está apoiada principalmente nas obras de Haesbaert (2004, 2005, 2006, 2007) e Saquet (2007).